



EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS 2

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)





EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS 2

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Epistemologia e metodologia da pesquisa interdisciplinar em ciências humanas 2

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: David Emanuel Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Aline Ferreira Antunes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E64 Epistemologia e metodologia da pesquisa interdisciplinar em ciências humanas 2 / Organizadora Aline Ferreira Antunes. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-852-6

DOI 10.22533/at.ed.526210803

1. Epistemologia. 2. Ciências Humanas. I. Antunes, Aline Ferreira (Organizadora). II. Título.

CDD 121

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A obra apresenta pesquisas em andamento e concluídas em diversas regiões do Brasil, como Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco, Roraima, Amazonas e São Paulo, além de uma pesquisa em Córdoba, trazendo amplas discussões sobre os mais diversos temas: educação, geografia agrária, gênero, saúde, higiene, moda, direito e religião.

O segundo volume traz pesquisas principalmente nas áreas de educação, gênero e religião. Do capítulo 1 ao 7 temos textos que discutem a educação brasileira em diversos aspectos: a alfabetização não escolar (Capítulo 1), o papel do coordenador pedagógico na educação infantil (Capítulo 2), as políticas de expansões das Instituições de Ensino Superior (IFEs) no capítulo 3.

Os capítulos 7 e 8 fazem a ligação deste tema com pesquisas dedicadas à temática gênero, trazendo discussões sobre uma educação voltada à sexualidade e de uma educação inclusiva a partir da problematização do conceito de gênero.

O capítulo 9 é dedicado ao estudo da presença feminina nas Forças Armadas. Temos também um capítulo dedicado à abordagem da construção da identidade profissional de gestoras (capítulo 10), a saúde de mulheres lésbicas e bissexuais inviabilizadas na medicina (Capítulo 11). O capítulo 12 por sua vez traça uma historicidade da homossexualidade desde a pré-história problematizando as interpretações a respeito do termo.

Do capítulo 13 em diante temos discussões mais próximas da religião com pesquisas que problematizam o gênero e a religião como marcadores históricos (Capítulo 13), o aconselhamento pré-nupcial (Capítulo 14), a iconoclastia da religião ocidental a partir de Gilbert Durant (Capítulo 15) e a educação cristã segundo a *Divini Illius Magistri* (Capítulo 16).

O volume II da obra “Epistemologia e Metodologia da Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas 2” conclui com um capítulo de autoria de Ana Paula Dias e Isamara Freire a respeito da modelagem contemporânea e as técnicas de tricô a partir de lã reciclada e fios 100% de lã voltadas ao vestuário feminino.

O terceiro volume é dedicado a temas mais diversificados, trazendo pesquisas nas áreas de ciências agrárias e geografia, história (patrimônio, urbano) e saúde (corpolatria, enfermagem, medicina).

O primeiro capítulo dedica-se a explorar as políticas públicas na agricultura camponesa, já o segundo trata da recamponização no Vale do Jauri. Também encontramos um capítulo dedicado à explorar o cultivo monocultural (plantio de uma só cultura) transgênica, fundamentado nas discussões de Capra e Morin.

O capítulo 4 por sua vez, de autoria de Rogério da Silveira, aborda novos métodos de pensar a gestão metropolitana. Em seguida temos uma discussão sobre interdisciplinaridade no campo da economia política a partir da epistemologia da palavra.

O capítulo 6 demonstra o compromisso da Atena Editora em estabelecer relações internacionais, um texto em língua estrangeira (espanhol) dedicado à exploração da fronteira interétnica no sul de Córdoba, dos autores argentinos Ernesto Olmedo e Marcela Tamagnini.

O capítulo 7, Tensões entre governo e terceiro setor no Brasil - uma análise do discurso midiático aborda as políticas públicas que envolvem o 3º setor.

O oitavo capítulo do livro dedica-se ao estudo da integração da América do Sul e o meio ambiente na região amazônica por meio de um método qualitativo bibliográfico-documental para analisar as construções das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau no Rio Madeira, em Roraima.

Os capítulos 9 a 11 abordam discussões sobre a preservação do espaço urbano, um versa sobre o edifício Caiçara em Recife, outro trata dos jardins românticos do início do século passado na cidade de Vitória, especificamente o parque Moscoso e a praça João Clímaco e o último retrata a paisagem urbana nas construções do entorno da Escola Técnica de São Paulo.

O capítulo 12 e 13 tratam de pesquisas desenvolvidas no Rio de Janeiro, porém com recortes temporais e espaciais diferentes. Enquanto um trata de uma pesquisa sobre as tradições medicinais da comunidade quilombola de Cruzeiroinho (Rio de Janeiro), outra trata da higiene pública na cidade de Rio de Janeiro à época do Império, por meio de uma pesquisa histórico documental.

Os capítulos seguinte investigam questões relacionadas à saúde. Em “Os riscos ergonômicos no cotidiano das equipes de enfermagem” e “Resistência emocional e empoderamento no salvar vidas: experiências de um enfermeiro emergencista no SAMU”, podemos ler pesquisas que problematizam e relatam a importância da enfermagem, capítulos altamente atrelados ao atual momento de enfrentamento à pandemia causada pelo COVID-19.

O penúltimo capítulo da obra trata dos padrões de beleza reforçados pelas mídias digitais com foco nos conceitos de Corpolatria e refletindo sobre as Histórias em Quadrinhos (HQs) da Turma da Mônica e as representações do corpo nesta mídia específica.

O último capítulo da obra trata da surdez unilateral trazendo embasamentos jurídicos sobre o assunto.

Aline Ferreira Antunes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

NARRATIVAS DE MIGRANTES: EXPERIÊNCIA DE ALFABETIZAÇÃO “NÃO ESCOLAR”

Zulmira Ferreira de Jesus Cacemiro

Valdilene Zanette Nunes

DOI 10.22533/at.ed.5262108031

CAPÍTULO 2..... 18

UMA ABORDAGEM DO PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO E SUAS ATRIBUIÇÕES NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Suely Cristina Soares da Gama

Kleide Ferreira de Jesus

DOI 10.22533/at.ed.5262108032

CAPÍTULO 3..... 33

A ATUAÇÃO DA BUROCRACIA DE MÉDIO DE ESCALÃO NA CONSECUÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO POLÍTICA DE EXPANSÃO DAS IFES NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Andreza dos Santos Sousa

DOI 10.22533/at.ed.5262108033

CAPÍTULO 4..... 56

CBAI E OS AGENTES DO ENSINO INDUSTRIAL (1946 A 1963)

Nívea Maria Teixeira Ramos

José Geraldo Pedrosa

DOI 10.22533/at.ed.5262108034

CAPÍTULO 5..... 69

COMPARTILHAMENTO DO CONHECIMENTO: INTRODUÇÃO METODOLÓGICA

Adelcio Machado dos Santos

Rubens Luís Freiberger

Daniel Tenconi

Danielle Martins Leffer

Alisson André Escher

DOI 10.22533/at.ed.5262108035

CAPÍTULO 6..... 77

DA DOCILIZAÇÃO À MIMESE: AS INICIATIVAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL COMO MECANISMOS DE ADAPTAÇÃO À CONCEPÇÃO NEUROLÓGICA DA MODERNIDADE À ECONOMIA 4.0

José Rodrigo Paprotzki Veloso

DOI 10.22533/at.ed.5262108036

CAPÍTULO 7..... 90

EDUCAÇÃO PARA SEXUALIDADE NA ESCOLA: A CONSTRUÇÃO DO PROCESSO DIÁLOGICO E A PRODUÇÃO DE SENTIDOS SUBJETIVOS

Pedro Raimundo Mathias de Miranda

José Moysés Alves

DOI 10.22533/at.ed.5262108037

CAPÍTULO 8..... 101

“COISA DE MENINO, COISA DE MENINA”: O PAPEL DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA COMPREENSÃO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO COMO BASE PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Fábio Peron Carballo

DOI 10.22533/at.ed.5262108038

CAPÍTULO 9..... 116

MULHERES, FORÇAS ARMADAS E GÊNERO: BREVES NOTAS SOBRE POTENCIALIDADES E DESAFIOS

Rafael Normando Miranda Morais

André Luiz Machado das Neves

Juliana Maria Duarte Marques

DOI 10.22533/at.ed.5262108039

CAPÍTULO 10..... 131

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL: ESTUDO COM GESTORAS DAS GERAÇÕES *BABY BOOMERS*, X E Y

Marlene Catarina de Oliveiras Lopes Melo

Vilma Santos Pereira de Faria

Ana Lúcia Magri Lopes

DOI 10.22533/at.ed.52621080310

CAPÍTULO 11..... 149

A SEXUALIDADE DE CORPOS INVISIBILIZADOS PELAS REPRESENTAÇÕES MÉDICAS: COMO PROMOVER A SAÚDE DE MULHERES LÉSBICAS E BISSEXUAIS DIANTE DESSE CONTEXTO?

Beatriz Silva Matos

Luana Ferreira Botelho

Preciliana Barreto de Moraes

Rosendo Freitas de Amorim

Amanda Sousa Felix

Breno Igor Medeiros Freitas

Bruna Maria Costa Gomes

Luany de Queiroz da Silva

Antônio Fábio Macedo de Sousa

Clara da Silva Soares

DOI 10.22533/at.ed.52621080311

CAPÍTULO 12..... 159

HOMOSSEXUALIDADE: DAS RAÍZES PRÉ-HISTÓRICAS ÀS NOVAS LUTAS IDENTITÁRIAS DE RECONHECIMENTO

Lucas Ramos Ruas

Maria de Fátima Araújo Di Gregório

DOI 10.22533/at.ed.52621080312

CAPÍTULO 13	166
RELIGIÃO E GÊNERO: UM BREVE RELATO DA RELAÇÃO ENTRE ESTES MARCADORES NA HISTÓRIA	
Ana Margareth Manique de Melo	
DOI 10.22533/at.ed.52621080313	
CAPÍTULO 14	177
ACONSELHAMENTO PRÉ-NUPCIAL: UMA PROPOSTA PASTORAL SOB O PONTO DE VISTA DA MORAL ÉTICA E DOS DIREITOS HUMANOS	
Samuel Sanches	
DOI 10.22533/at.ed.52621080314	
CAPÍTULO 15	184
A ICONOCLASTIA DA RELIGIÃO OCIDENTAL: UM PARADOXO DO IMAGINÁRIO SEGUNDO GILBERT DURAND	
Carlos André Macêdo Cavalcanti	
José Herculano Filho	
DOI 10.22533/at.ed.52621080315	
CAPÍTULO 16	192
A EDUCAÇÃO CRISTÃ SEGUNDO A ENCÍCLICA <i>DIVINI ILLIUS MAGISTRI</i>	
Maximiliano Gonçalves da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.52621080316	
CAPÍTULO 17	205
CORRELAÇÕES ENTRE MODELAGEM CONTEMPORÂNEA E AS TÉCNICAS DE TRICÔ PARA O VESTUÁRIO FEMININO	
Ana Paula Dias	
Isamara Freire	
DOI 10.22533/at.ed.52621080317	
SOBRE A ORGANIZADORA	215
ÍNDICE REMISSIVO	216

CAPÍTULO 9

MULHERES, FORÇAS ARMADAS E GÊNERO: BREVES NOTAS SOBRE POTENCIALIDADES E DESAFIOS

Data de aceite: 01/03/2021

Data da submissão: 16/12/2020

Rafael Normando Miranda Morais

Universidade do Estado do Amazonas
Manaus, Amazonas
<http://lattes.cnpq.br/0342621645697078>

André Luiz Machado das Neves

Universidade do Estado do Amazonas
Manaus, Amazonas
<http://lattes.cnpq.br/7409149733046445>

Juliana Maria Duarte Marques

Universidade do Estado do Amazonas
Manaus, Amazonas
<http://lattes.cnpq.br/5125627716155256>

RESUMO: Este capítulo tem por objetivo refletir sobre a inclusão feminina nas Forças Armadas, trazendo uma discussão a partir da perspectiva de gênero. Datando da década de 80, o ingresso das mulheres nas fileiras militares deu início a uma quebra de paradigma de que nem toda atividade desenvolvida por homens poderia, de igual modo, ser desempenhada por mulheres, revelando o caráter patriarcal deste pensamento, que vai de encontro com as ideias feministas no que tange a construção social do gênero sem que seja levado em consideração única e exclusivamente o caráter físico e biológico. A pesquisa, quanto à natureza, foi do tipo bibliográfica, com uso de livros, artigos publicados em revistas científicas e jornais eletrônicos. Concluiu-se que, mesmo

iniciando de forma sutil, ordinariamente direcionado à atividade meio nas instituições militares, a inserção da mulher vem ganhando espaço a cada dia, inclusive e de forma especial nos últimos dois anos, com o ingresso feminino na academia de formação voltada para a área de combate propriamente dita. Contudo, há de se considerar que há limites e desafios dentro de uma instituição historicamente orientada por valores do patriarcado.

PALAVRAS-CHAVE: Forças Armadas, Mulheres, Carreira Militar, Igualdade de Gênero.

WOMEN, ARMED FORCES AND GENDER: BRIEF NOTES ON POTENTIALITIES AND CHALLENGES

ABSTRACT: This chapter aims to reflect on female inclusion in the Armed Forces, bringing a discussion from a gender perspective. Dating back to the 1980s, the entry of women into the military ranks started a paradigm shift that not all activities developed by men could likewise be performed by women, revealing the patriarchal character of this thought, which goes against with feminist ideas regarding the social construction of gender without taking into account solely and exclusively the physical and biological character. The nature of the research was bibliographic, with the use of books, articles published in scientific magazines and electronic journals. It was concluded that, even if starting in a subtle way, ordinarily directed to the middle activity in military institutions, the insertion of women has been gaining space every day, including and in a special way in the last two years, with the

female entrance in the training academy focused to the combat area itself. However, it must be considered that there are limits and challenges within an institution historically oriented by patriarchy values.

KEYWORDS: Armed Forces, Women, Military career, Gender equality.

1 | INTRODUÇÃO

A inclusão feminina nas Forças Armadas (FFAA) no Brasil se deu a partir da década de 1980, mesmo momento em que o país vivia a mudança de um regime autoritário para uma Constituição cidadã e humana, que trouxe em seu bojo a luta por igualdade entre mulheres e homens. Ainda neste período presenciou-se uma abertura política e uma luta por garantias e direitos no campo econômico e social que proporcionaram com que as mulheres almejassem novos horizontes profissionais em áreas antes não disponíveis para elas, sendo o ingresso na vida militar uma delas.

No Brasil, ainda que a atuação das mulheres nas atividades militares tenha, a início, sido restrita ao trabalho voluntário no Corpo Auxiliar e Administrativo, pode-se notar que nos últimos anos as instituições militares brasileiras vêm flexibilizando suas condutas quanto a admissão feminina em seus quadros, de forma a romper com o antigo pensamento patriarcal, biologicista e da noção da mulher como “sexo frágil”.

O processo de quebra desse paradigma, evidenciado pela abertura dos quartéis às mulheres é o que este capítulo fará um esforço para descrever. Porém, se reconhece que nessa flexibilização ainda há diferenças de permanência em progressão de carreiras, assumir postos de trabalhos específicos, assédio no local trabalho, jornadas triplas. Frente à essas premissas, este capítulo tem por objetivo apresentar reflexões sobre a inclusão feminina nas Forças Armadas, trazendo uma discussão a partir da perspectiva de gênero.

2 | O GÊNERO: DO BIOLÓGICO AO SOCIAL

Em uma instituição tradicionalmente ocupada por homens, uma breve análise da questão de gênero, antes de entender os desafios que as mulheres enfrentam nas Academias Militares, é fundamental, uma vez que a ideia do “ser mulher” guia os principais debates sobre a ‘mulher militar’ (ROCHA, 2018).

Cumprir destacar que o gênero somente foi objeto de estudo como categoria de análise nas relações sociais no final do século XX (SCOTT, 2019), os estudos que o antecederam foram aqueles voltados ao corpo biológico e seus significados distintos ao longo da história a respeito do corpo masculino e feminino.

Nesse sentido, a ideia do corpo biológico feminino como inferior ao corpo masculino não nasceu e nem é exclusiva das antigas Academias Militares. Esta concepção está enraizada na sociedade desde os primeiros passos da ciência, quando Aristóteles entendia a mulher como uma versão menos perfeita do homem, passando pelas crenças religiosas

e as ciências naturais até ser objeto de estudo das ciências sociais (LAQUEUR; WHATELY, 2001).

A partir do século XVIII, surgiram novas teorias de conhecimento, especialmente sobre o corpo. Entre elas temos o surgimento da raça científica e o sexo científico, cujas afirmações destacam-se respectivamente de que os negros possuíam nervos mais fortes e grossos que europeus em razão do cérebro menor na tentativa de explicar a inferioridade de sua cultura e de relacionar o útero como elemento que predispõe naturalmente a mulher à domesticidade (LAQUEUR; WHATELY, 2001).

Laqueur e Whately (2001) afirmam que os corpos masculinos e femininos dos livros de anatomia dos séculos XVIII e XIX são reflexos da história de sua época, envolvendo não só a observação fisiológica, mas também as representações sociais e culturais predominantes. Os autores aduzem que as ilustrações que representam o olho humano ou o esqueleto da mulher são influenciadas pela cultura que as produzem, como por exemplo aquelas presentes na obra “Anatomia de Gray” em que ao se referir ao corpo humano, apresenta-se a anatomia da superfície um corpo masculino, ao passo que o corpo feminino somente é representado para demonstrar a diferença entre os corpos.

Nesse cenário, Bordieu (2012) aduz sobre a existência de uma ordem social que legitima a dominação masculina em face do gênero feminino, cujos alicerces se baseiam na divisão social do trabalho, na estrutura dos espaços, a estrutura do tempo, ou o ciclo da vida.

Silva (2007), ao citar o livro “O segundo sexo” de Simone de Beauvoir (1949), revela que a obra trata desta questão se referindo ao fato de que “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Este tema ganhou especial atenção sobre o que é “ser” mulher na sociedade, sendo abraçado pelos ideais feministas na tentativa de romper com as ideias clássicas de dominação masculina que colocava o feminino como o “sexo frágil” e incapaz de realizar certos ofícios ou profissões.

Assim, o conceito de gênero surge para trazer um novo olhar sobre a realidade ao situar as distinções entre o masculino e o feminino que são colocadas hierarquicamente nas relações sociais e tornou-se objeto de estudo da teoria social nas produções de Anthony Giddens e Arjun Appadurai como uma forma de superar alguns problemas em relação a algumas categorias centrais abordadas nos estudos sobre mulheres (PISCITELLI, 2002).

Nesse contexto, os estudos feministas passaram a utilizar a “gênero” de duas maneiras diferentes: a primeira como uma forma de oposição ao sexo biológico, isto é, para definir aquilo que foi socialmente construído, aproximando-se da personalidade e comportamento e descarta o corpo biológico. Ao passo que a segunda forma consiste no gênero como uma construção social que diferencia o masculino e feminino, incluindo a diferença biológica como um de seus elementos (NICHOLSON, 2000).

Importante a contribuição de Scott (2019) que buscou os estudos feministas sobre o gênero ocorridos entre os séculos XVIII até início do século XX, destacando três abordagens.

A primeira abordagem trazida pela autora é do feminismo radical, vez que questionava a origem do patriarcado como uma necessidade de dominação masculina em face das mulheres. Esta concepção está dividida, primeiramente, no entendimento de que o domínio dos homens se justificava para fins de reprodução, tendo como expoentes Mary O'Brien e Sulamith Firestone. Ao passo que a segunda concepção acreditava que a sexualidade era a resposta para entender o patriarcado, utilizando-se de referências análogas e comparativas ao marxismo, defendida por Catherine MacKinnon.

Em seguida, a próxima abordagem é influenciada pelas feministas marxistas, já que se propôs a estudar as relações de gênero dentro de um sistema dual: capitalismo e patriarcado. Desta forma, as relações de gênero tinham como principal estrutura a divisão sexual do trabalho. Como expositores, temos Engels, Joan Kelly e Heidi Hartmann, o primeiro tornou-se autor do livro "A Origem da Família", a segunda, apresentou o ensaio "The Doubled Vision of Feminist Theory", e a terceira, economista, afirmava que o capitalismo e o patriarcado se configuram como dois institutos autônomos, porém atuam de maneira mútua.

Por último, a autora traz a terceira abordagem que é inspirada na psicanálise e está dividida em duas teorias para entender o gênero. A primeira fundamenta-se no pós-estruturalismo francês, utiliza as leituras pós-estruturalistas de Freud em conjunto com a teoria das linguagens de Jacques Lacan ao enfatizar o papel da linguagem na comunicação, interpretação e expressão de gênero e defende o inconsciente como ponto crucial na construção do indivíduo. Já a segunda teoria, fundamenta-se na teoria anglo-americana de relação do objeto e se baseia na teoria da experiência concreta, entendendo o inconsciente como suscetível de compreensão do consciente.

Partindo dessas abordagens, Scott (2019) apresenta a sua própria concepção de gênero, ultrapassando as barreiras das diferenças biológicas ao relacionar este como um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e como uma forma primária de dar significado às relações de poder, abaixo melhor detalhadas.

Ao referir o gênero como elemento constitutivo tem-se sob a perspectiva das relações simbólicas, isto é, como são tratados os gêneros culturalmente por imagens representativas, como Eva e Maria; na aplicação de normas de origem religiosa, científica, políticas ou jurídicas, entre outras que limitam a interpretação dos símbolos, isto é, dão sentido de forma categórica sobre o masculino e o feminino; no debate acerca da origem da representação e permanência binária dos gêneros, incluindo uma análise política e adentrando as instituições e organizações sociais.

No que tange ao gênero como uma forma primária de dar significado às relações de poder, a autora compreende que este corresponde a um dos meios em que o poder é articulado e se torna eficaz. No caso das relações de gênero o poder se manifesta nas diferenciações que são dadas entre o masculino e o feminino nas organizações sociais, culturais e demais representatividades.

Trazendo para uma questão da inserção das mulheres no mundo militar a partir da compreensão de gênero como um elemento constitutivo e uma das formas das relações de poder, verifica-se ainda a existência de uma ordem de dominação masculina construída e estruturada historicamente, mesmo com as conquistas dos movimentos feministas que permitiram o acesso da mulher a esses espaços.

Os estudos de gênero não se restringiram apenas ao âmbito científico, a repercussão das pesquisas também ganharam relevância a nível internacional especialmente após a Segunda Guerra Mundial, a partir da elaboração da Carta das Nações Unidas em 1945 (CAMPOS; CORRÊA, 2012), destacando a IV Conferência das Nações Unidas sobre Mulher com o tema “Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz” ocorrida Pequim, no ano de 1995, que contribuiu com três novas ideias para mudança social, quais sejam: a ideia de empoderamento feminino, o conceito de gênero, e o aspecto da transversalidade (ROCHA, 2018).

Rocha (2018), diz que, a partir da Conferência de Pequim, pode-se perceber que a mulher deixou de ser entendida apenas pelo seu aspecto determinante biológico e passou a ser também uma questão social que pode ser alterada. Tal afirmação reflete o que está presente na Declaração de Pequim de que “o conceito de gênero passa de uma análise da situação da mulher baseada no aspecto biológico para uma compreensão das relações entre homens e mulheres como produto de padrões determinados social e culturalmente, e, portanto, passíveis de modificações” (PEQUIM, 1995, p.149).

No entanto, apesar da evolução nos estudos científicos e na mudança de posicionamento das convenções internacionais sobre as relações de gênero, estas não conseguiram ser inseridas de forma ampla no campo das carreiras militares de forma que ainda se predominam aspectos da dominação masculina e as heranças dos estudos biológicos sobre as diferenças entre os corpos dos séculos XVIII e XX citados anteriormente. Silva afirma que “as mulheres encontram suas maiores limitações na carreira militar, sobretudo sob o argumento de “fraqueza física” e vocação maternal” (2007, p. 5). Diante disso, percebe-se que o caráter biológico foi, e continua sendo, o principal argumento (ainda que ultrapassado) utilizado para limitar e controlar o acesso das mulheres a esse tipo de atividade.

O controle é uma estratégia de poder da sociedade contemporânea. Assim, o governo do biopoder atua sobre a vida das pessoas, lançando mão de meios para além da aplicação da lei (FOUCAULT, 1988). Neste sentido, o autor afirma que:

Nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos dotados de maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras, e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias. Não existe uma estratégia única, global, válida para toda a sociedade e uniformemente referente a todas as manifestações de sexo: a ideia, por exemplo, de muitas vezes se haver tentado, por diferentes meios, reduzir todo o sexo à sua função reprodutiva, à sua forma heterossexual e adulta e à sua legitimidade matrimonial não se explica, sem a menor dúvida, os múltiplos objetivos visados, os inúmeros meios postos em ação nas políticas sexuais concernentes aos dois sexos, as diferentes idades e classes sociais (FOUCAULT, 1988, p. 98).

Levando em consideração essas premissas teóricas, verifica-se que apesar da mulher ter alcançado algum acesso na carreira militar, a base material do patriarcado não foi destruída e corporifica-se. Isto pode ser observado nas relações de permanência nessas instituições, as quais são eminentemente hierárquicas, explicando a desigualdade de gêneros a partir das diferenças físicas, sexuais e biológicas.

31 A ATUAÇÃO FEMININA NA ATIVIDADE DE DEFESA AO LONGO DOS TEMPOS

O serviço militar, por muito tempo foi reservado aos homens, razão pela qual a maioria das primeiras mulheres que ingressaram nas forças armadas, participou do serviço militar através de táticas como ocultação de que eram do gênero feminino, peformatizando o gênero masculino (CAMARGO, 2019).

Joana D'arc, na Guerra dos Cem Anos contra a Inglaterra (1337-1453), na França, dissimulada numa aparência masculina (DEVRIES, Capítulo XIII, 1999), alcançou grande destaque e repercussão, chegando a comandar grandes tropas de militares. Sua motivação era claramente religiosa, pois dizia ouvir vozes que a guiavam. Hoje, por suas conquistas, foi reconhecida como a padroeira da França, após ser canonizada pela Igreja Católica em 1920, pelo Papa Bento XI.

Durante a Guerra da Independência dos Estados Unidos, foram registrados vários casos de mulheres vestidas como homens para lutas históricas, como Margaret Corbin (JAMES, 1971), que substituiu seu marido que foi morto na guerra.

Para Camargo (2019), no Brasil, aconteceu com Maria Quitéria de Jesus Medeiros que, em 1823, se desfarçou de homem e se alistou no exército para lutar na Guerra da Independência do País, lutando na frente de resistência baiana, sob o nome de Medeiros, posteriormente vindo a fazer parte do Batalhão de Periquitos. Considerada a primeira militar brasileira, recebeu em 1823, pelo então Imperador D. Pedro I, o título de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro, tendo sido eleita Patrona do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro em 1996.

Lombardi (2009, p. 23) nos diz que Ana Vieira da Silva participou clandestinamente da Guerra Constitucionalista em São Paulo, tendo sido posteriormente incorporada ao

Batalhão após o reconhecimento de seus feitos. Em 1944, pela primeira vez de maneira legal, mulheres brasileiras puderam participar das forças armadas, através de serviço voluntário de enfermagem em hospitais militares em campanha pela Europa (LOMBARDI, 2009, p.23), desde então, pode-se vivenciar maior abertura para participação das mulheres nas FFAA, espaço este exclusivamente masculino.

Desta forma, como se verá através do resgate legal e histórico a ser feito, a abertura para a participação feminina no serviço militar se deu de maneira lenta e deficiente, e, até o momento presente, não atingiu patamar de isonomia material ideal entre os gêneros (CAMARGO, 2019).

3.1 Atuação feminina nas FFAA no mundo

Em se tratando da participação feminina nas forças de defesa e/ou conflitos armados de outros países, nota-se que o período de Segunda Guerra Mundial foi aquele em que se flexibilizou a presença de mulheres nos quadros institucionais, ainda que de forma singela e de caráter inicialmente administrativo e ligado à atividades militares meio e não à atividade fim (CAMARGO, 2019). Nesse período da história “A mobilização de mão-de-obra incluiu a requisição de mulheres, como voluntárias ou mesmo como combatentes, por exemplo, na Rússia e na Europa Oriental. No exército russo surgem as primeiras pilotos militares do mundo” (ROVINA; SOUZA, 2015, pg. 5).

Caire (2002) afirma que não se tem conhecimento da existência de mulheres combatentes nos exércitos inglês, francês, alemão, americano ou italiano, estando a maioria delas nos exércitos de origem eslava ou oriental. Aduz ainda que na Polônia, inicialmente, as mulheres serviram em organizações clandestinas, participaram de ações de sabotagem, de informações, de transporte de armas e explosivos. Depois, lutaram na frente de combate. Foi criada uma formação militar exclusivamente feminina denominada “Legião Feminina de Voluntárias”, que chegou a possuir 3.000 componentes. Ao analisar a história norte americana, observa-se que:

Nos Estados Unidos o recrutamento de mulheres foi mais expressivo nos serviços de saúde, ainda que tenha havido demanda para serviços burocráticos em terra. Em 1901 foi criado o Corpo de Enfermeiras do Exército, organização 6 militar sem postos hierárquicos, com soldo menor, mas submetidas a um estatuto militar (ROVINA; SOUZA, 2015, p. 6).

Para Rovina e Souza (2015), os Estados Unidos realizaram, em 1942, uma campanha favorável à participação da mulher no meio militar. Após isso foi criado o Corpo Auxiliar Feminino do Exército e a Reserva Feminina da Marinha, que foi o precursor da abertura civil e militar, com previsão de funções administrativas, de saúde, engenharias e mecânicas. No que tange à história das mulheres nas lutas armadas na Inglaterra, é possível afirmar que:

Na Inglaterra, no início de 1915, havia a Legião Feminina e a Reserva Voluntária Feminina, auxiliares da Marinha, Exército e Aviação Militar. As tarefas de apoio ao combate – rancho, manutenção, telefonia, telegrafia, ficaram a cargo dos corpos femininos. Em 1918 foi criada a Seção Feminina da Real Força Aérea, e algumas das mulheres desse grupo receberam funções técnicas. (ROVINA; SOUZA, 2015, p. 5).

A Inglaterra permitiu a participação feminina, de forma definitiva, quando fora sancionada a lei do serviço nacional, em dezembro de 1941: “Nessa época, as mulheres passaram a representar 8,5% das forças armadas. A elas cabia substituir os homens nas tarefas não combatentes” (ROVINA; SOUZA, 2015, p.6).

Lombardi (2009, pg. 9) ensina que na França, a participação feminina direta foi um pouco mais tardia se comparada aos países acima citados, iniciando em 1970, porém, em pouco tempo (1980), atingiu condições semelhantes as masculinas. No entanto, Rovina e Souza (2015) nos informa que ainda em 1915, foram recrutadas mulheres para atuarem em serviços burocráticos pelo Ministério da Guerra, como secretárias, redatoras, telefonistas e, posteriormente, como motoristas, além da função de enfermeira.

Segundo Bezerra (2009), os Estados Unidos criaram um grupamento feminino para a Segunda Guerra Mundial, extinto em 1978. O mesmo aconteceu na Holanda, que extinguiu em 1982 seu Corpo Feminino, e no Reino Unido, que o extinguiu em 1990. Manter as mulheres em quadros específicos representaria favorecer a segregação de gênero. Desse modo, então, diversos países, substituíram tais quadros pelo acesso de mulheres em grupamentos que permitem o ingresso de ambos os sexos.

Diante do levantamento histórico apresentado e conforme estudo de Bezerra (2009), percebe-se que, a inclusão de mulheres nas FFAA está relacionada ao necessário recrutamento de um contingente maior de mão de obra em tempos de crise, como ocorreu notadamente na época das guerras. No entanto, em alguns países o ingresso de mulheres se deu por meio de alistamento ao serviço militar voluntário, a exemplo de Chile, Argentina, dos Estados Unidos e da Rússia.

O autor também aponta os países como Noruega e Israel, em que o serviço militar feminino é obrigatório. É possível constatar a presença feminina nas FFAA também em outros países como: França, Alemanha, Suíça, Espanha, Croácia, República Checa, Dinamarca, Portugal, Itália e Hungria, dos quais os dois últimos são os países cujo ingresso feminino foi mais tardio, ou seja, 1999 e 1996, respectivamente (BEZERRA, 2009).

GIANNINI *et al.* (2017), em seu estudo intitulado “Situações Extraordinárias: a entrada das mulheres na linha de frente das Forças Armadas brasileiras”, apresenta um quadro demonstrando a proporção de acesso de mulheres nas FFAA ao redor do mundo, conforme segue:

Brasil	8%	Permitida atuação somente na aviação, intendência e material bélico.
África do Sul	25%	Permitida atuação em todas posições de combate desde 1994.
China*	7,5%	Permitida a atuação somente na aviação e na unidade de lançamento de mísseis.
Índia**	2,5%	Não permite mulheres em posições de combate.
Rússia***	10%	Permite mulheres em algumas posições de combate.
Espanha	12,4%	Permitida atuação em todas posições de combate desde 1999.
França****	15,4%	Não permite mulheres em submarinos.
Noruega	10%	Permitida atuação em todas posições de combate desde 1985.
Portugal	11%	Não há restrições às mulheres desde 2008.
Reino Unido*****	9,4%	Fuzileiros Navais, Cavalaria, Armada, Regimento da Aviação.
Suécia	13%	Permitida atuação em todas posições de combate desde 1989.
Canadá	15%	Permitida atuação em todas posições de combate desde 1989.
Estados Unidos	14,6%	Permitida atuação em todas posições de combate desde 2015.
Austrália	15%	Permitidas em algumas posições de combate desde 2011, e sem qualquer restrição desde 2013.
Nova Zelândia	15%	Permitida atuação em todas posições de combate desde 2000.

Quadro 1: Acesso das mulheres nas FFAA no mundo.

Fonte: GIANNINI *et al.* (2017).

* O governo chinês diz permitir mulheres em posições de combate, mas não oferece dados oficiais sobre o número de mulheres em suas Forças Armadas. Circula, em veículos online, a porcentagem de 7,5%, mas não foi possível confirmar a veracidade da informação.

** Em 2016, a Índia anunciou oficialmente que em breve permitirá a atuação de mulheres em todas as posições de combate.

***Os dados sobre a Rússia são de 2013.

**** A França – que, desde 1993, permite o acesso de mulheres a posições de combate nas três forças - permitirá que estejam a bordo de submarinos a partir de 2017.

***** O Reino Unido anunciou que mulheres poderão ingressar em todas as posições de combate até 2018.

3.2 Atuação feminina nas FFAA no Brasil

Antes de debater a participação feminina nas FFAA brasileira, é mister esclarecer qual sua missão, a fim de se compreender a importância dessa participação para a defesa e soberania do território nacional.

A Constituição da República de 1988, em seu artigo 12, nos diz que as FFAA, constituídas pela Marinha, Exército e Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema

do Presidente da República, destinadas a defesa da Pátria, a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (SANTOS, 2019).

Em outras palavras, as FFAA são destinadas a defesa da Pátria, sendo a Defesa Nacional um “conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase no campo militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas” (BRASIL, 2012).

A Constituição Federal de 1988 traz em seu texto a garantia do pluralismo e o combate a toda e qualquer forma de discriminação, instituindo em seu artigo 5º, a igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres (BRASIL, 1988). No entanto, segundo Mariuzzo (2017) apenas recentemente na história brasileira, foi alcançado o direito das mulheres em servir às forças militares.

Mariuzzo (2017) nos diz que mesmo sendo permitido o intercâmbio de serviços e funções, de ordinário elas ocupavam o mesmo posto ao longo de toda sua vida profissional. Apenas em 1988 foi aceito que mulheres participassem em missões nos navios hidrográficos, oceanográficos e de guerra, e tivessem permissão para compor tripulações de helicópteros.

A inclusão do contingente feminino nas FFAA se deu inicialmente nas áreas administrativas e auxiliares. Na década de 1980, quando foi criado o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha, época em que as mulheres ingressavam na vida militar para exercer a função de manutenção eletrônica (MARIUZZO, 2017).

Nota-se que a entrada das mulheres nesse mundo até então predominantemente masculino se deu de forma tímida, no entanto, com sinais de que se tratava de uma conquista alavancada em especial pela nova constituição cidadã que buscava reenquadrar os comportamentos sociais às reais necessidades, dentre as quais, a busca por igualdade de gênero.

Ainda fazendo um breve histórico do início da participação feminina nas FFAA brasileiras, pode-se elencar que:

O ingresso das primeiras mulheres na Força Aérea Brasileira (FAB) aconteceu em 1982, quando foram criados o Quadro Feminino de Oficiais da Reserva da Aeronáutica (QFO) e o Quadro Feminino de Graduados da Reserva da Aeronáutica (QFG). Já o Exército Brasileiro (EB) passou a admitir mulheres em seu Quadro Complementar de Oficiais (QCO) a partir de 1992. O ingresso das futuras militares de carreira dava-se através da Escola de Administração do Exército (EsAEX), atual Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEX). As profissionais atuavam em diversas áreas, incluindo de administração, saúde e informática. Desde então, as mulheres foram paulatinamente ingressando nas diversas armas e especialidades das Forças Armadas brasileiras, tanto como oficiais como suboficiais, à exceção daquelas relacionadas ao combate direto ou no nível mais básico, como soldados e cabos (o último é somente acessado pelas militares da Marinha) (GIANNINI *et al.*, 2017, p. 14).

A Academia da Força Aérea (AFA), no ano de 1996, admitiu a entrada de mulheres em sua escola de formação de oficiais para Quadro de Oficiais Intendentes; no mesmo ano, as mulheres foram admitidas no concurso do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Em 1997, ingressaram no Instituto Militar de Engenharia do Exército (IME); também em 1997, a Marinha regulamenta e adequa as regras para a presença das mulheres na Força Naval, (GIANINNI, 2014).

Em 2003, a Força Aérea Brasileira (FAB) permitiu o ingresso feminino na atividade-fim da instituição, recebendo as mulheres pioneiras para o Curso de Formação de Oficiais Aviadores. “No futuro próximo, as primeiras mulheres da FAB atingirão a maior patente da instituição, a de tenente-brigadeiro-do-ar” (GIANNINI *et al.*, 2017, p. 14).

Dando um salto no tempo, em 2011, as mulheres foram admitidas na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Em 2012, ocorreu a inédita promoção da primeira mulher no posto de oficial general na Marinha, no mesmo ano em que foi regulado o ingresso das mulheres para as Escolas de Ensino Superior linha bélica nas três Forças, conforme Lei Federal nº 12.705, de 8 de agosto de 2012 (MARIUZZO, 2017).

Na Escola de Formação de Oficiais da Marinha do Brasil, também chamada de Escola Naval (EN), a entrada foi permitida em 2014, quando as mulheres foram autorizadas a integrar o Quadro de Oficiais Intendentes (GIANNINI *et al.*, 2017). O Exército Brasileiro (EB) que já atuava com turma mista da Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEX), recebeu em 2018, as primeiras mulheres em sua principal escola de formação de oficiais, a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), na qual passarão 4 anos de formação militar (RESENDE, 2019).

De forma clara, a figura abaixo apresenta a evolução da participação feminina nas FFAA brasileiras dos anos entre os anos de 1980 e 2014:

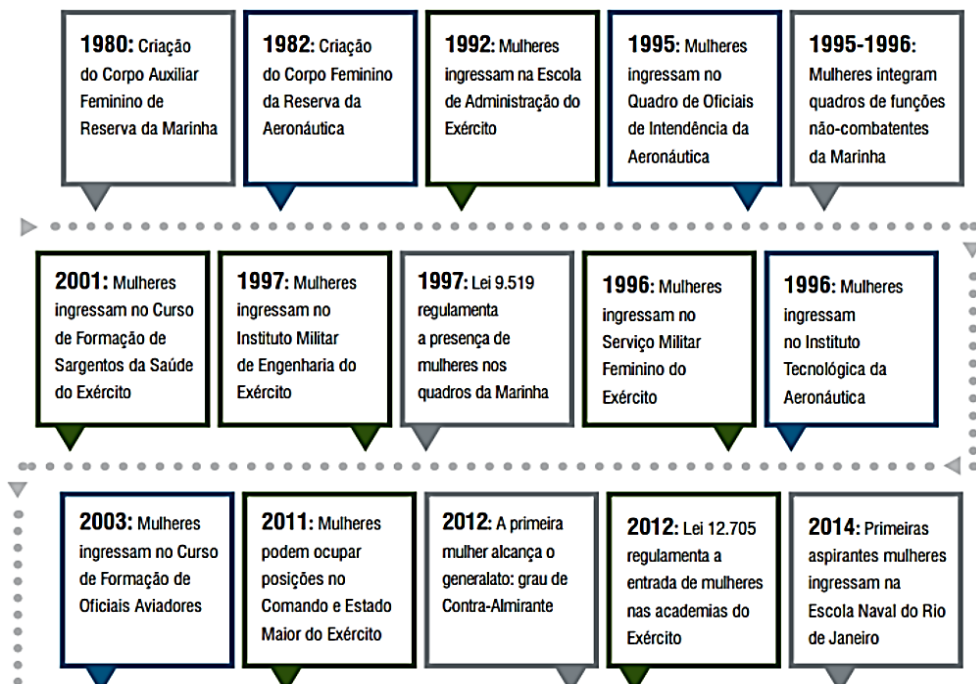


Figura 1 - Histórico da entrada das mulheres nas Forças Armadas Brasileiras.

Fonte: Gianinni, 2014, p. 14.

É sabido que a igualdade de gêneros, em especial no ambiente militar, ainda está longe de ser uma realidade plena, no entanto, pode-se notar que os anseios sociais por tais ações já se encontram caminhando rumo ao desejado, sendo notório as conquistas femininas no que tange a vida militar nesses últimos tempos no que tange ao acesso a lugares historicamente dominados por homens.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percorridas as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no que tange a sua participação na carreira das FFAA, em especial pelo caráter físico e biológico que ordinariamente são colocados acima de sua construção social, pode-se considerar que este avanço é uma conquista feminina, ainda que aquém do desejado, quanto a mudança de paradigma que as colocou a parte da vida militar.

Pelo estudo realizado, foi possível evidenciar que de frágil, o sexo feminino nada tem, a não ser o rótulo discriminadamente às mulheres associado e que de fato nada as impede de cumprir suas atividades na caserna, não raramente de forma mais eficiente que muitos homens que as julgam, como afirma Almeida:

Não se pode esquecer que, no Brasil, a quase totalidade de quem critica a presença da mulher nas Forças Armadas nacionais tem menor experiência de combate do que as milhares de mulheres da OTAN que tem lutado no Iraque, no Afeganistão e na Síria atualmente. As percepções e opiniões desses críticos são baseadas, em sua maioria, em análises teóricas e, por vezes, evidentemente discriminatórias (ALMEIDA, 2015).

Fazendo uma pequena viagem ao longo do tempo, tanto no Brasil como em diversos países do mundo, pode-se atestar que a participação feminina nas forças militares representou uma grande conquista dos ideais feministas na luta pela equidade de gêneros. Embora, há de se mencionar que os contatos iniciais das mulheres nesse campo de atuação se deram com tarefas que reiteravam a divisão sexual do trabalho. Por isso, é de suma importância as figuras históricas de mulheres como Joana D'arc e Maria Quitéria de Jesus Medeiros como exemplo de mulheres que quebraram as barreiras de gênero impostas.

A permissão para ingresso das mulheres na vida militar nos cargos inicialmente afetos às atividades meio das FFAA demonstra o pensamento ultrapassado e sem fundamentos que permeia até os dias atuais as Forças de defesa, ainda que muito menos que antes, porém, com a certeza de que há um longo caminho a seguir rumo a igualdade dos gêneros, objetivo este para o qual apenas os primeiros passos foram dados.

Num contexto em que a presença da mulher é constantemente posta à prova, esta acaba desenvolvendo estratégias para ser reconhecida, inclusive naturalizando condutas discriminatórias para que não receba represália. Cabe a sociedade rever antigas crenças sobre o local pertencente às mulheres, a fim de que se construa uma sociedade justa e igual para todos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, V. H. A. **Mulheres nas Forças Armadas brasileiras: situação atual e perspectivas futuras**. Brasília. Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema21/2015_291_estudo-sobre-mulheres-nas-forcas-armadas-vitor-hugo. Acesso 27 de novembro 2020.

BEZERRA, R. P. A. **Las mujeres en las Fuerzas Armadas**. Trabalho monográfico. Buenos Aires, 2009.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. tradução Maria Helena Kühner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília/DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 25 novembro de 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília-DF, 2012. Disponível em https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf. Acesso em 25 de novembro de 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **História de mulheres nas Forças é repleta de lutas e conquistas**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/index.php/noticias/18669-historia-de-mulheres-nas-forcas-e-repleta-de-lutas-e-conquistas>. Acesso em 28 de novembro de 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Maria Quitéria**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2012/04/maria-quiteria>. Acesso em 22 de novembro de 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Primeira turma de aspirantes mulheres ingressa na mais tradicional escola militar do país**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/noticias/8447-defesa-primeira-turma-de-aspirantes-mulheres-ingressa-na-mais-tradicional-escola-militar-do-pais>. Acesso em 16 novembro de 2020.

BRASIL. **Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008**: Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 dez. 2008. Seção I, p. 4.

CAIRE, R. **A mulher militar: das origens aos nossos dias**. Trad. Joubert de Oliveira Brízida. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

CAMARGO, W. **Mulheres nas Forças Armadas: desenvolvimento histórico-jurídico da participação feminina na defesa nacional**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 24, n. 5727, 7 mar. 2019. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/72412>. Acesso em 01 dezembro 2020.

CAMPOS, A. H.; CORRÊA, L. R. **Direitos humanos das mulheres**. In: Amini Haddad Campos, Lindinalva Rodrigues Corrêa. 1, 2ª reimpr. ed. Curitiba: Juruá, 2012.

CARREIRAS, H. Mulheres nas Forças Armadas: transformação institucional e recrutamento feminino. **Revista Sociologia—Problemas e Práticas**. 18 (1995): 97-128. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/895/1/6.pdf>. Acesso em 18 de novembro de 2020.

DEVRIES, K. **Joan of Arc: A Military Leader**. The History Press. Stroud, Gloucestershire: Sutton Publishing. 1999.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: a vontade do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GIANNINI, R. A. **Promover gênero e consolidar a paz: a experiência brasileira**. Instituto Igarapé, Set, 2014. Disponível em: <https://igarape.org.br/promover-genero-e-consolidar-a-paz-a-experiencia-brasileira/>. Acesso em 18 de novembro de 2020.

GIANNINI, R.; FOLLY, M.; LIMA, M. F. **Situações Extraordinárias: a entrada das mulheres na linha de frente das Forças Armadas brasileiras**. In: Instituto Igarapé. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://igarape.org.br/mulheres-forcas-armadas/pt/>. Acesso em 21 de novembro 2020.

JAMES, E. T. et al. **Notable American Women, 1607-1950: A Biographical Dictionary**, Vol. II. 1971.

LAQUEUR, T. W.; WHATELY, V. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LOMBARDI, M. R. **As Mulheres Nas Forças Armadas Brasileiras: A Marinha do Brasil (1980-2008)**. São Paulo: FCC/DPE, 2009.

MARIUZZO, P. **Mulheres nas Forças Armadas desafiam o conceito de soldado**. In: Revista pré-Univesp, São Paulo, Nº 61, Dez.2016/Jan.2017.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, p. 9, 1 jan. 2000.

PEQUIM, Declaração de. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher**. Pequim, 1995.

PISCITELLI, A. RE-CRIANDO A (CATEGORIA) MULHER? In: ALGRANTI, Leila. **A prática feminista e o conceito de gênero**. v. 48, p. 25, 2002.

RESENDE, S. **Uma questão de gênero: Mulheres, Forças Armadas e Operações de Paz**. Pontifca Universidade Católica do Rio de Janeiro, Curso de Relações Internacionais. 2019. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.pucrio.br/32188/32188.PDFXXvmi=>. Acesso 26 de novembro de 2020.

ROCHA, S. M. D. **A presença das mulheres nas forças armadas brasileiras: uma análise da sua inserção e os desafios atuais**. Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais v. 6 n. 11. Universidade Federal da Paraíba. 2018.

ROVINA, D. P. M. SOUZA, N. L. F. **A Mulher Militar Brasileira: conquistando mares, alçando voos e desbravando terras**. Laboratório ESG. Brasília, 2015.

SANTOS, D. V. **A importância e os desafios do aumento do contingente feminino nas fileiras do Exército Brasileiro**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: **Pensamentos feministas: conceitos fundamentais / Audre Lorde... [et al.]**; organização Heloísa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 440.

SILVA, C. R. **Masculinidade e Feminilidade nas Forças Armadas: uma etnografia do ser militar, sendo mulher**. VII Reunião de Antropologia do Mercosul. Porto Alegre, julho, 2007.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abordagem Emancipatória 90, 91, 93

Agentes 24, 34, 36, 56, 58, 62, 66, 67, 68

Alfabetização “Não-Escolar” 1, 4, 15

Aprendizagem 12, 13, 14, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 31, 53, 58, 60, 67, 85, 91, 92, 94, 96, 97, 99, 100, 139, 140

B

Burocracia de Médio Escalão 33, 35, 38, 39, 40, 41, 42, 50, 51, 54, 55

C

Carreira Militar 116, 120, 121

CBAI 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68

Compartilhamento 69, 71, 73, 74, 76, 96, 99

Conhecimento 5, 7, 8, 11, 12, 14, 15, 20, 23, 24, 26, 28, 29, 30, 32, 35, 38, 40, 44, 45, 46, 47, 50, 52, 63, 66, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 83, 88, 93, 97, 103, 118, 122, 135, 140, 142, 143, 145, 147, 156, 160, 161, 177, 181, 186, 189, 191, 200

Coordenação 18, 19, 21, 30, 31, 41, 42, 61, 72, 73, 82, 133

D

Desenvolvimento 4, 14, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 34, 39, 40, 48, 50, 52, 57, 60, 69, 71, 74, 76, 77, 78, 84, 86, 91, 92, 94, 96, 99, 102, 103, 115, 120, 129, 136, 137, 139, 142, 145, 147, 153, 156, 160, 161, 164, 166, 167, 169, 175, 179

E

Economia 4.0 77, 78, 85, 86, 87

Educação 1, 2, 5, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 38, 39, 42, 45, 53, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 77, 90, 92, 93, 99, 100, 101, 102, 103, 113, 114, 149, 158, 176, 191, 192, 215

Educação Física Escolar 101

Educação Infantil 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32

Educação Profissional 42, 52, 67, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87

Educação Sexual 90, 91, 92, 93, 98, 99, 100, 157

Empoderamento 84, 120, 166, 167, 168, 172, 175

Ensino Industrial 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68

Epistemologia Qualitativa 90, 93

F

Forças Armadas 116, 117, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130

G

Gênero 3, 91, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 125, 128, 129, 130, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 158, 160, 164, 166, 167, 168, 169, 171, 173, 175, 176, 215

Gerações 62, 131, 132, 133, 136, 138, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 148, 164, 195

Gerentes 55, 131, 132, 133, 135, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146

Gilbert Durand 184, 185, 189, 190, 191

H

Homossexualidade 104, 153, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 171, 173

I

Iconoclastia 184, 185, 186, 189, 190, 191

Identidade Profissional 131, 132, 134, 135, 140, 141, 145

IFES 33, 34, 35, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53

Igualdade de Gênero 116, 125

Imaginário 184, 185, 188, 189, 190, 191

Implementação 14, 25, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 69, 147, 155

L

Lutas Identitárias 159

M

Migrantes 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15

Modernidade 16, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 160, 163, 189, 190, 193, 195, 198, 203

Mulheres 3, 5, 20, 22, 91, 102, 103, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 137, 138, 140, 143, 144, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 162, 166, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 205, 208, 211

N

Narrativas 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 27, 55, 189

O

Organização 1, 4, 5, 8, 12, 19, 22, 24, 25, 26, 29, 32, 39, 46, 60, 61, 67, 69, 71, 72, 73, 74,

75, 79, 88, 122, 130, 133, 134, 135, 139, 142, 143, 144, 145, 171, 173, 174, 179

P

Política Pública 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 45, 54, 156

R

Raízes Pré-Históricas 159

Reconhecimento 8, 14, 21, 38, 98, 103, 113, 122, 150, 153, 154, 159, 165, 176, 183

Relação 1, 2, 3, 5, 6, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 18, 20, 24, 29, 35, 37, 46, 51, 60, 71, 77, 78, 80, 81, 82, 85, 86, 87, 90, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 118, 119, 138, 140, 142, 143, 145, 154, 155, 157, 159, 162, 166, 167, 168, 172, 175, 178, 179, 180, 189, 192, 193, 194, 196, 198, 199, 201, 202, 212, 213

Religião 134, 151, 162, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 184, 185, 186, 190, 191, 198, 200, 201, 202, 204

S

Saúde 11, 21, 28, 54, 55, 58, 62, 100, 102, 113, 122, 125, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 175, 179, 207, 208

Sexualidade 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 113, 114, 115, 119, 121, 129, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 168, 169, 173, 174, 181

T

Tecnologia 45, 70, 72, 73, 74, 77, 78, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 137, 147, 150



EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 